

# Informe Econômico

■ CRISTIANO ROMERO



## Risco permanente

O deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) participa das reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, desde 1978, quando assessorava o então presidente do Banco do Brasil, Karlros Rischbieter. Já participou como assessor, presidente do BNDES e, nas últimas vezes, como representante do Congresso Nacional. E são exatamente as dúvidas sobre a capacidade do governo Fernando Henrique de aprovar as reformas no Congresso o tema mais suscitado ontem nas conversas e debates da reunião do Fundo deste ano.

O deputado tucano lembra que, nas reuniões do passado, sempre que eram questionados por seus interlocutores sobre medidas que o governo deveria adotar e não adotava, os representantes brasileiros saíam-se com a seguinte desculpa: "Os militares não deixam." Na ocasião, os americanos alegavam que, no caso deles, era o Congresso que não deixava. "Agora, explicamos que o Congresso aqui também não deixa", diz Márcio Fortes, dando uma sonora gargalhada.

Brincadeira à parte, o fato é que, lá fora, persiste a desconfiança de que o governo não dispõe de força suficiente para aprovar as reformas que, na prática, vão dar sustentabilidade, a médio e longo prazos, ao plano de estabilização da economia. "Faz-se uma enorme confusão aqui (em Washington, onde acontece a reunião anual do FMI) entre o nível de impopularidade do presidente e a capacidade política do governo de aprovar as reformas", relata o deputado.

No momento, a preocupação de quem olha para o Brasil não são mais os números de curto prazo da economia, mas a sustentabilidade do Plano Real sem a realização definitiva do ajuste fiscal. Como advertiu o economista Edmar Bacha, em entrevista dada ao JB, o Congresso Nacional dá a impressão de somente agir sob pressão, diante da exacerbação das crises. Quando a crise se amaina, os parlamentares se acomodam.

Foi assim durante as crises asiática, russa e do câmbio. O susto da crise asiática foi tão grande – talvez, por ter sido o primeiro e por criar a impressão de que a estabilização trazida pelo Real escorregaria pelo ralo – que o Congresso foi capaz de aprovar o malfadado Pacote 51, um conjunto de medidas fiscais autoritárias, mal elaboradas e destinadas a não serem cumpridas.

Depois, sob os efeitos da moratória russa, o país sofreu uma verdadeira sangria nas reservas cambiais. Nesse clima, o Congresso aprovou novamente medidas fiscais. Quando o FMI decidiu ajudar o país e o cenário pareceu mais calmo, o mesmo Congresso rejeitou um dos principais pontos do ajuste – o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos e a instituição da cobrança para os inativos. O resultado todos conhecem. Os investidores bateram em debandada e, menos de um mês depois, o regime de câmbio quase fixo ruíu. A crise cambial só não foi devastadora porque, pela primeira vez, o repasse da desvalorização da moeda aos preços não foi integral.

Tudo isso pode fazer parecer que o que se espera do Poder Legislativo é um comportamento subserviente, homologador das decisões tomadas pelo governo. O problema é que o Parlamento brasileiro parece não acompanhar, não o governo, mas as mudanças que a sociedade brasileira vem protagonizando nos últimos anos. A reboque, seu papel acaba sendo mesmo o de coadjuvante da História.

Após a crise de janeiro, o Brasil voltou ao FMI, recauchutou o acordo que havia fechado em outubro e propôs novas medidas ao Congresso. Em março, a crise amainou. Desde aquele mês, nada de importante foi aprovado no Legislativo. De lá para cá, as crises políticas na base do governo têm pipocado com regularidade espantosa. A três anos das eleições já há candidatos à Presidência da República desfilando pelo país. Enquanto isso, no Congresso Nacional...

### Crises e crises

O pesquisador Marcelo Néri, do Ipea, estudou os efeitos das últimas crises sobre a renda dos brasileiros e comparou-os aos de outros abalos sofridos pelo país. As conclusões são interessantes.

A pesquisa mostra que a renda dos 20% mais pobres, após 12 meses das recentes crises asiática e russa, caiu, respectivamente, 1,8% e 3,9%.

Nos períodos posteriores à máxidesvalorização de março de 1983 e ao confisco do Plano Collor, a renda desse grupo despencou 33,3% e 11,6%.

### TV paga

Com as novas concessões e o lançamento de pacotes mais baratos, o Brasil deve viver um novo boom no mercado de TV por assinatura.

Estudo da Pay TV Survey, encomendado pela ABTA, entidade que representa as empresas do setor, revela que o país tem hoje 2,734 milhões de assinantes.

Atualmente são oferecidos 95 canais, contra 50 em 1996. Mais de 50 grupos empresariais controlam 220 outorgas.

No ano passado, pouco mais de 20 grupos atuavam no segmento, controlando 99 outorgas. No início de 2000, o número de licenças deve ultrapassar 500.

### Distribuição

São Paulo responde por 42% das assinaturas. Em seguida vêm o Rio (18%) e o Rio Grande do Sul (9%).

A Net e a Sky dominam o mercado com 64% da preferência. A TVA e a Direct TV têm 29% e as pequenas operadoras, 7%.

O serviço ainda é para poucos. A maioria dos assinantes (92%) pertence às classe A e B, com renda mensal superior a R\$ 2.450.

### Simbiose

A Intelig (ex-Bonari), a empresa-espelho que vai concorrer com a Embratel, fechou contrato de R\$ 100 milhões com o Consórcio Rail Net, que representa sete ferrovias nacionais.

O objetivo é utilizar a malha ferroviária dessas empresas para instalar cabos de fibra ótica.

As sete ferrovias somam 100 mil quilômetros e cortam todo o país.

### PELO MERCADO

■ O ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, abre hoje, no Jockey Club do Rio, o seminário Desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro. O evento está sendo organizado

pela Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Energia Elétrica, integrada principalmente por empresas estrangeiras interessadas em investir no país.

com Gabriela Mafort

e-mail para esta coluna: [Informeeconomico@jb.com.br](mailto:Informeeconomico@jb.com.br)